



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

E M E N T A

**PODER EXECUTIVO ESTADUAL » AUTARQUIA » PBPREV -PARAÍBA
PREVIDÊNCIA » ATOS DE PESSOAL » APOSENTADORIA
VOLUNTÁRIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, COM PROVENTOS
INTEGRAIS » LEGALIDADE » CONCESSÃO DE REGISTRO AO ATO.**

A C Ó R D ã O AC2 - TC - 03054/16

RELATÓRIO

01. PROCESSO: TC-13516/16

02. ORIGEM: PBPREV - Paraíba Previdência

03. INFORMAÇÕES SOBRE A BENEFICIÁRIA E O ATO:

03.01. **NOME:** MONICA MIRANDA ASSIS DE MORAES RÊGO

03.02. **IDADE:** 52 anos, 6 meses e 7 dias, fls. 04.

03.03. **CARGO:** Administradora

03.04. **LOTACÃO:** Secretaria de Estado da Educação

03.05. **MATRÍCULA:** 82.744-4

03.06. **DA APOSENTADORIA:**

03.06.01. **NATUREZA:** Aposentadoria voluntária por tempo de contribuição, com proventos integrais.

03.06.02. **FUNDAMENTO:** Artigo 3º, incisos I, II e III da Emenda Constitucional nº 47/05

03.06.03. **ATO:** Portaria-A-Nº 1894, fls. 43.

03.06.04. **AUTORIDADE RESPONSÁVEL:** Yuri Simpson Lobato - Presidente.

03.06.05. **DATA DO ATO:** 8 de agosto de 2016, fls. 43.

03.06.06. **ÓRGÃO QUE PUBLICOU O ATO:** Diário Oficial do Estado da Paraíba.

03.06.07. **DATA DA PUBLICAÇÃO DO ATO:** 19 de agosto de 2016, fls. 44.

04. RELATÓRIO DA AUDITORIA:

O Órgão Técnico deste Tribunal, com base nos documentos encartados aos autos, emitiu relatório inicial, fls. 64/66, destacando que a mencionada aposentadoria, consubstanciada na Portaria-A-Nº 1894, está sendo concedida de forma regular, devendo, portanto, seu ato receber o registro.

PARECER DO MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL

Parecer oral, na sessão, de acordo com o entendimento da Auditoria, pela legalidade da aposentadoria em apreço.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

VOTO DO RELATOR

Pela legalidade e concessão de registro ao ato de aposentadoria voluntária por tempo de contribuição, com proventos integrais da Senhora MONICA MIRANDA ASSIS DE MORAES RÊGO, formalizado pela Portaria-A-Nº 1894 - fls. 43, com a devida publicação no Diário Oficial do Estado da Paraíba (19 de agosto de 2016), estando correta a sua fundamentação (Artigo 3º, incisos I, II e III da Emenda Constitucional nº 47/05), a comprovação do tempo de contribuição, bem como os cálculos dos proventos feitos pela entidade previdenciária.

DECISÃO DA 2ª CÂMARA DO TRIBUNAL

Vistos, relatados e discutidos os autos do PROCESSO TC- 13516/16, ACORDAM os MEMBROS da 2ª CÂMARA do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA (TCE-PB), à unanimidade, na sessão realizada nesta data, em conceder registro ao ato de Aposentadoria voluntária por tempo de contribuição, com proventos integrais da Senhora MONICA MIRANDA ASSIS DE MORAES RÊGO, formalizado pela Portaria-A-Nº 1894 - fls. 43, supra caracterizado.

Publique-se, registre-se, intime-se e cumpra-se.

Sala das Sessões da 2ª Câmara do TCE-PB – Mini Plenário Conselheiro Adailton Coêlho Costa.

João Pessoa, 22 de novembro de 2016.

ASSINADO ELETRONICAMENTE NO FINAL DA SESSÃO

Conselheiro Arnóbio Alves Viana - Presidente da 2ª Câmara

ASSINADO ELETRONICAMENTE NO FINAL DA SESSÃO

Conselheiro Antônio Nominando Diniz Filho - Relator

ASSINADO ELETRONICAMENTE NO FINAL DA SESSÃO

Representante do Ministério Público junto ao Tribunal

Assinado 30 de Novembro de 2016 às 12:07



Cons. Arnóbio Alves Viana

PRESIDENTE

Assinado 24 de Novembro de 2016 às 10:35



Cons. Antônio Nominando Diniz Filho

RELATOR

Assinado 7 de Dezembro de 2016 às 10:38



Manoel Antonio dos Santos Neto

MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO